

CONTAS PÚBLICAS

Arrocho leva superávit primário a nível...

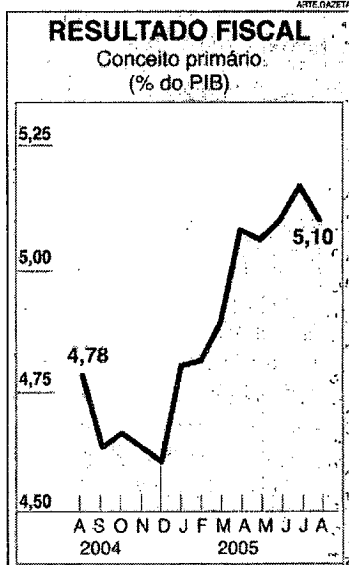
SILMARA COSSOLINO, CRISTINA BORGES
GUIMARÃES, SANDRA NASCIMENTO
E DENIS CARDOSO
BRASÍLIA E SÃO PAULO

Continuação da página A-1

Para o chefe do Departamento Econômico do Banco Central, Altamir Lopes, disse que os dados divulgados ontem indicam que a meta de superávit fixada pelo governo para 2005 será cumprida. Segundo Lopes, “faltam R\$ 4,9 bilhões para o cumprimento da meta nominal estabelecida para o ano. Eu diria que está praticamente garantida. Mas temos que considerar que o último quadrimestre é de sazonalidade pesada, em termos de dispêndios e, este ano, certamente não será diferente”.

Para 2005, o governo espera um esforço fiscal de 4,25% do PIB ou R\$ 83,850 bilhões. Para a LCA Consultores, com o resultado de agosto, a projeção subiu para o ano subiu para 4,90% do PIB. Assim como o resultado primário, os gastos com pagamento de juros também foram recorde no acumulado do ano e totalizaram R\$ 105,688 bilhões entre janeiro e agosto. O montante equivale 8,39% do PIB.

A esse resultado, Lopes atribuiu a taxa de juros e também a reversão das operações de swap cambial, que são apropriadas como encargos. Os encargos financeiros, somente em agosto, totalizaram R\$ 13,424 bilhões. Já a dívida líquida do setor público consolidado alcançou R\$ 973,7 bilhões em agosto, o equivalente a 51,7% PIB. A expectativa do Banco Central (BC) é fechar o ano em 51,5% do PIB, sendo que para setembro, o projetado é 51,7%. “Se o câmbio permanecer na casa de R\$ 2,26, a estimativa é fechar



Fonte: BC e Centro de Informação da Gazeta Mercantil * Em 12 meses

nesse mesmo patamar de agosto”, disse Lopes, explicando que o ponto fundamental na relação dívida/PIB tem sido o uso do IGP-DI. Por conta do índice ter apresentado deflação, o comportamento da dívida tem sido diferente do esperado pela instituição.

“É possível que a gente venha fechar a relação dívida/PIB na casa 51,5% ao final ano.” Ainda em agosto, o déficit nominal do setor público recuou para R\$ 3,24 bilhões, ante R\$ 3,34 bilhões em julho. No ano, atingiu R\$ 26,756 bilhões (2,1% do PIB).

Segundo Ralph Lima Terra, vice-presidente executivo da Associação Brasileira da Infra-estrutura e Indústrias de Base (Abdib), “o superávit primário deve ser feito principalmente sobre a conta de custeio da máquina pública, evitando que os investimentos, principalmente em infra-estrutura, sejam prejudicados, pois esse é o único caminho para termos um crescimento de forma sustentada”, afirma.

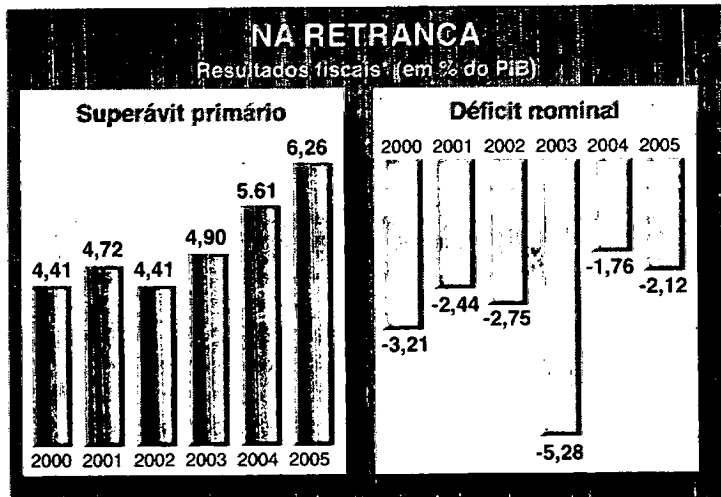
Arrocho leva superávit primário a nível recorde

Total de R\$ 78,93 bi resulta da pesada carga fiscal e da contenção do investimento público

SILMARA COSSOLINO, CRISTINA BORGES
GUIMARÃES E SANDRA NASCIMENTO
BRASÍLIA E SÃO PAULO

O superávit primário do setor público consolidado (governo central, estados, municípios e empresas estatais) chegou a 6,26% do Produto Interno Bruto (PIB) no acumulado do ano até agosto, dois pontos percentuais acima da meta estabelecida para todo o ano de 2005, de 4,25%. Tal esforço fiscal, recorde para o período, equivale a um montante de R\$ 78,93 bilhões, acima até mesmo das expectativas do governo para o período, que esperava algo em torno de R\$ 60 bilhões.

Não só o superávit primário, mas também o déficit nominal, cresceu no acumulado do ano, passando de 1,76% do PIB, no acumulado de janeiro a julho, para 2,12% até agosto.



Fontes: BC e Centro de Informações da Gazeta Mercantil

* Acumulados de janeiro a agosto

Mesmo com o significativo aumento do déficit, por conta quase que exclusivamente dos juros — de janeiro a agosto, o país gastou R\$ 105,7 bilhões com pagamento de juros, valor recorde para o período. O resultado nominal brasileiro é inferior à média da União Européia (-2,6% em 2004) e superior ao da Alemanha (-3,7%), França (-3,6%) e Itália (-3,2%).

Para o diretor do Departamento de Economia do Ciesp, José Velloso Cardoso, um superávit primário tão alto não é

bom. “Isso significa que o País optou por investir menos. Números aparentemente saudáveis mostram um aumento excessivo da arrecadação, asfixiando o setor produtivo, que perde competitividade diante da falta de investimentos públicos.”

A meta poderá ser mudada em breve, segundo o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, como consequência da reformulação de cálculo do PIB, a ser feita pelo IBGE, como antecipou ontem este jornal.

Continua na página A-5